

A CAMPANHA CÍVICA DE OLAVO BILAC E A CRIAÇÃO DA LIGA DA DEFESA NACIONAL

OLAVO BILAC'S CIVIC CAMPAIGN AND THE CREATION OF THE NATIONAL DEFENSE LEAGUE

Cesar Alberto Ranquetat Júnior*

RESUMO

Neste trabalho trataremos do apostolado nacionalista do escritor e jornalista Olavo Bilac nos anos de 1915 e 1916, que levou à criação de uma organização cívico-cultural atuante até os dias de hoje, a *Liga da Defesa Nacional*. Inicialmente situaremos histórica e intelectualmente a campanha cívica de Olavo Bilac. Em um segundo momento, analisaremos seus discursos nacionalistas, que enfatizavam a necessidade de uma educação moral que forjasse um novo tipo humano. Por fim, examinaremos a *Liga da Defesa Nacional*, destacando a organização, os objetivos e as principais atividades promovidas por esta entidade nos dias atuais.

Palavras-chave: Nacionalismo. Intelectuais. Pensamento social.

ABSTRACT

This paper examines the nationalist postulate of the journalist and writer Olavo Bilac in 1915-16, which led to the creation of a civic cultural organization that is still active - The *National Defense League*. The paper initially explores Olavo Bilac's civic campaign from a historic and intellectual perspective. Next, the paper presents an analysis of his nationalist speech that emphasized the need for a moral education that could form a new kind of human being. Finally, the National Defense League is examined, emphasizing its organization, objectives and the main activities promoted by league at present.

Keywords: Nationalism. Intellectual. Social thinking.

Refletindo sobre a nação

Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, uma série de intelectuais brasileiros começam a discutir e refletir acerca da identidade nacional. Duas visões e interpretações

da nação são predominantes nesse período, a primeira delas de caráter pessimista, que desvaloriza nossa cultura e, influenciada pelas teorias racistas, concebe o povo brasileiro como “uma raça inferior”.

* Doutorando em Antropologia Social pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e professor do curso de Relações Internacionais da UFPEL (Universidade Federal de Pelotas). E-mail: franquetat@yahoo.com.br.

Esses intelectuais¹ eram céticos quanto à realização de uma civilização “superior” nos trópicos (OLIVEIRA, 2006). A raça e o meio geográfico eram os fatores determinantes na explicação de nossa formação e constituição enquanto nação, de acordo com Renato Ortiz (2003, p.16):

A história brasileira é desta forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações tíbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato.

Por outro lado, havia uma interpretação da nação que procurava prestigiar nossa singularidade, destacando a extensão territorial, as riquezas naturais e o caráter cordial e bondoso do homem brasileiro. Nessa interpretação, a mistura de raças não era concebida negativamente. Esse nacionalismo ufanista tem na obra *Porque me ufano do meu país*, publicada em 1900 por Afonso Celso, um dos seus principais representantes. O livro foi escrito em homenagem ao quarto centenário do descobrimento do Brasil e exalta o homem brasileiro, as belezas naturais, a variedade do clima, a ausência de calamidades, a grandeza de nosso território, a ação evangelizadora dos jesuítas e o desbravamento de nossas terras pelos bandeirantes. Ao contrário de outros intelectuais da época, que depreciavam a mistura racial e a presença negra e indígena na formação da nação brasileira, Afonso Celso mostrava-se um admirador e defensor da mestiçagem e das qualidades das três raças formadoras. Já se esboça nesse texto a “mitologia das três raças”, que posteriormente foi desenvolvida com maior profundidade por Gilberto Freyre.

Durante a República Velha, ainda existiam interpretações acerca da nação que avaliavam positivamente o passado colonial e imperial. A colonização portuguesa e a ação evangelizadora da Igreja Católica eram elogiadas. O período imperial era visto como central na constituição da unidade nacional. Tal corrente era representada por Eduardo Prado e sua obra, *A ilusão americana*, datada de 1893. Por sua vez, os republicanos radicais desejavam libertar-se da influência lusa e católica, criticando

¹ Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Arthur Ramos são os principais expoentes desta linha de pensamento.

duramente o regime monárquico. Raul Pompéia foi um expoente dessa tendência (OLIVEIRA, 1990).

Cabe aqui ressaltar que um ano antes de iniciar a Primeira Guerra Mundial, um grupo de jovens oficiais brasileiros estivera fazendo um estágio no exército imperial alemão. Esses jovens oficiais ficaram conhecidos como “jovens turcos”, e quando retornaram ao Brasil fundaram a revista *A defesa nacional*, que foi publicada de 1913 a 1918. Nos artigos desta revista os jovens turcos² advogavam pela modernização do exército nacional, pelo serviço militar obrigatório e pelo papel da educação na formação da identidade nacional. É nesse contexto que se inicia a campanha nacionalista de Olavo Bilac. Para Oliveira (1990, p.190):

O diagnóstico de falta de patriotismo se faz presente nas falas de Olavo Bilac, que passa a ver no Exército o único caminho capaz de criar no povo brasileiro o amor à pátria. A criação do serviço militar obrigatório teve este significado.

A campanha nacionalista de Olavo Bilac

O apostolado nacionalista de Olavo Bilac³ em prol do serviço militar obrigatório e de uma educação cívico-patriótica ocorreu durante os anos de 1915 e 1916. Nesse período o poeta parnasiano proferiu uma série de palestras em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte. O público principal dessas palestras era composto por estudantes, intelectuais e militares. As palestras de Olavo Bilac foram posteriormente publicadas em um livro também intitulado *A defesa nacional*, publicado em 1917.

O primeiro discurso foi realizado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 9 de outubro de 1915. Nesse discurso inicial, como em outros, Bilac denunciava a apatia, a indiferença e o comodismo:

O que me amedronta é a míngua de ideal que nos abate. Sem ideal, não há nobreza de alma; sem nobreza de alma, não há desinteresse, sem desinteresse, não há coesão; sem coesão, não há pátria (BILAC, 1917, p.5).

² Receberam esta denominação, pois anteriormente jovens oficiais da Turquia estiveram na Alemanha estagiando no exército deste país e ao retornarem a Turquia defenderam a reforma de suas forças armadas.

³ Bilac é o autor do Hino à Bandeira e um dos criadores da Academia Brasileira de Letras.

Para Olavo Bilac, o Brasil atravessava uma terrível crise; crise esta que não era de ordem política ou econômica, mas moral. O grande perigo estaria na possibilidade de esfacelamento e desmembramento da nação, devido à ausência de um forte sentimento de solidariedade nacional. O egoísmo, o interesse particular, a cobiça, a falta de coesão social e a indisciplina campeavam; diante desse estado de coisas só haveria uma única solução, a educação cívica e o serviço militar obrigatório:

Quero e sempre quis a instrução e a defesa do país pelos livros e pelas armas. Quero a escola dentro do quartel, e o quartel dentro da escola. A segurança das pátrias depende da inteligência e da força: o estudo defendendo a civilização, e a disciplina defendendo o estudo (BILAC, 1917, p.100.)

A defesa intransigente do civismo e da educação, como meio de inculcar os valores nacionais, é um dos pontos principais da campanha nacionalista de Bilac, que idealizava a formação do cidadão-soldado:

Todo o brasileiro pode ser um admirável homem, um admirável soldado, um admirável cidadão. O que é preciso é que todos os brasileiros sejam educados. E o Brasil será uma das maiores, uma das mais formidáveis nações do mundo, quando todos os brasileiros tiverem a consciência de ser brasileiros (BILAC, 1917, p.133).

De acordo com Olavo Bilac, fazia-se necessário transmitir às novas gerações as virtudes cívicas e o sentimento de amor à pátria. A pátria só existiria se houvesse disciplina, coesão, desinteresse e instrução. Nesse sentido, era inadmissível, para o poeta parnasiano, a existência de uma legião de analfabetos e iletrados em nosso país:

É inconcebível a vitória de uma democracia sem instrução da massa pública. Estabelecemos a República; mas pode viver dignamente uma República, uma pátria republicana, quando a maior parte dos seus filhos seja de analfabetos, e, portanto, de inconscientes? (BILAC, 1917, p.137).

Mais adiante, no mesmo discurso, denominado *A defesa nacional*, proferido nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, acrescenta que a instrução primária e profissional é base para a construção de uma nação digna. Entretanto, assevera:

A instrução não é completa, quando se refere unicamente à ciência e à arte, à inteligência e ao trabalho. São indispensáveis também a saúde do corpo e da alma, a força corporal e a disciplina. Terceiro ponto: a instrução militar. Precisamos de instrução militar e de exército nacional, para a defesa do nosso território e da nossa civilização, e para a defesa individual do organismo físico e moral de cada brasileiro. Precisamos de exército nacional, mas não do exército nacional que hoje temos: queremos um exército verdadeiramente nacional, sendo a própria nação composta de cidadãos soldados, em que cada brasileiro seja o próprio exército e o exército seja todo o povo. (BILAC, 1917, p.138).

Não bastava a educação do espírito, o aprimoramento intelectual e o desenvolvimento cultural; urgia também a formação do corpo e a disciplina física que forjaria o cidadão-soldado, um tipo humano voltado para o heroísmo, com capacidade para o sacrifício em prol da nação. O exército seria para Bilac uma escola e um centro formador e transmissor de virtudes marciais. Para tanto era necessário que cada brasileiro do sexo masculino passasse obrigatoriamente pelo menos um ano nesse “laboratório”:

O exército será um laboratório de civismo: uma escola de humanidade, dentro do patriotismo; uma escola de energia social [...]. Ambicionamos que todos os brasileiros passem pelo quartel, revezando-se: que cada um dê ao menos um ano de sua vida ao serviço da vida da pátria. (BILAC, 1917, p. 139).

Não aceitava a separação e o distanciamento entre o exército e o povo. As forças armadas e a nação deveriam se reaproximar, vivendo em um clima de concórdia e harmonia, pois Bilac concebia o exército como o braço armado da nação. Bilac arguia a necessidade de militarização dos civis, como um antídoto contra o militarismo e a supremacia de uma casta militar. Sobre isso, assim se manifestou no discurso pronunciado em 9 de outubro de 1915, na Faculdade de Direito de São Paulo:

Nunca fui, não sou, nem serei um militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados. Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da

democracia: o nivelamento das classes, a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. (BILAC, 1917, p.7).

A vida no quartel, a caserna, apresentava-se como um espaço físico e social para a recuperação e regeneração de homens animalizados, “sujos” e miseráveis. Uma concepção higienista desponta nesta passagem:

As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de “abc” e do banho, – animais brutos, que de homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admirável, que os homens se depuram e apuram: dela saíram conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão. (BILAC, 1917, p.7).

Em toda sua pregação nacionalista Olavo Bilac enfatizava a necessidade da defesa nacional. A defesa seria um imperativo da própria existência, vista como uma luta incessante, um combate sem tréguas: “Quem quer viver defende-se. Que é a vida, se não um constante combate? Todo organismo, que não se defende, enfraquece-se e elimina-se” (BILAC, 1917, p.128).

Se no mundo biológico é indispensável a defesa, pois a vida é luta, o mesmo ocorreria no mundo social. Bilac,⁴ seguindo uma série de pensadores da época, traça um paralelo entre o organismo biológico e o organismo social. Para a defesa da nação era fundamental o papel do exército:

Agora, o nosso exército será, não uma escola de violência ofensiva, mas uma escola de consciência defensiva, de paz ativa, e de civismo. E, aqui, ainda são mais necessárias, e ainda mais rigorosas devem ser as virtudes do oficial. No quartel, o oficial deve ser como o professor na escola primária: um sacerdote, um diretor de inteligência e de caracteres. (BILAC, 1917, p.103).

Todavia, a defesa da nacionalidade por meio das forças armadas deveria ter um caráter preventivo e defensivo. Para o pregador nacionalista, a nação brasileira não era ameaçada por perigos iminentes e imediatos, mas por perigos latentes. O perigo externo provinha da ação imperialista das grandes potências, que buscavam se apoderar das nossas riquezas naturais e de nosso imenso território; o perigo interno estava na quebra da unidade nacional e na fragmentação do país. Diante dessas ameaças urgia defender o patrimônio material e moral da pátria:

A nação não se arma unicamente para proteger a sua alimentação coletiva, as suas searas, as suas usinas, os seus negócios, os seus gados, os seus celeiros; arma-se também, para proteger o seu território, a sua possessão material e moral, a memória dos seus maiores, a religião dos seus lares e dos seus templos, as relíquias das suas tradições, o tesouro da sua língua e da sua poesia, o culto do seu passado, o seu nome de nação. (BILAC, 1917, p.129).

Como já ressaltamos anteriormente, Olavo Bilac denunciava o individualismo, o egoísmo como um dos maiores males que afetam a nação. O patriotismo seria justamente a antítese do individualismo. O homem é visto, pelo pregador nacionalista, como um ser social, que potencializa suas virtudes e qualidades quando está integrado a uma coletividade:

O verdadeiro patriotismo, o patriotismo que deveis compreender e cultivar, é, antes de tudo, a renúncia do egoísmo. Nada valemos por nós, individualmente. Valemos muito, e tudo, pela nossa comunhão. Todos valemos, pelo bem que damos à Pátria. Os poetas, que lavram as almas, e os políticos, que dirigem os povos, não valem mais do que os agricultores, que aram a nossa terra, e os pastores, que guardam os nossos gados. (BILAC, 1917, p.117).

Destaca-se nesta passagem uma concepção fortemente organicista da vida social, onde cada ator, cada classe ou estamento cumpre uma função própria em benefício do todo coletivo. O todo, a nação, surge como algo mais elevado; os indivíduos, as partes, devem sacrificar-se pela pátria, que é o valor supremo.

Bilac insurgia-se contra determinismos racialistas e geográficos, contrariando o que argumentava boa parte dos intelectuais da época sobre

⁴ Vale lembrar aqui que Olavo Bilac estudou medicina no Rio de Janeiro, seu pai era médico. Entretanto, o poeta largou o curso de medicina e foi estudar direito em São Paulo.

a impossibilidade de uma civilização superior em um país localizado nos trópicos, com clima quente e miscigenação racial: “Insistamos. Não há homens irremediavelmente fracos, e não há povos irremediavelmente fracos” (BILAC, 1917, p.130). De acordo com o poeta parnasiano, todas as raças são boas para o trabalho e aptas intelectualmente, desde que se dê a elas as condições básicas para uma boa vida:

Dizem que no Brasil não pode viçar uma nacionalidade perfeita, porque não temos uma raça já acabada e um clima excelente... Não acrediteis no que dizem esses pobres professores de uma ciência falsa, maníacos do fetichismo científico, que é mais ridículo e mais funesto do que o fanatismo religioso. Essas invenções de influência de meio, clima, de raça, são todos os dias desmentidas pela evidência dos fatos e dos acontecimentos. (BILAC, 1917, p.131).

Afirma, ainda, no mesmo discurso, o caráter guerreiro e desbravador do mestiço e a possibilidade de civilização em um país tropical como o Brasil:

Atendendo ao caso particular do Brasil, lembremos que foram os nossos mestiços que, em grande parte, na época colonial, fizeram a exploração e a defesa do território do país: e durante a época do Império, sustentaram com a sua bravura e o seu sangue as terras do sul; e, ainda agora, estão desbravando as regiões brutas do Acre... Podemos acreditar que esta mistura de raças seja incapaz? Quanto ao clima, lembremos que as zonas tropical, subtropical e temperada da Terra, em que está situado o território do Brasil, são as mais aptas para o desenvolvimento e para a felicidade da espécie humana. (BILAC, 1917, p.131).

Coroando seu apostolado nacionalista, é fundada, em 7 de setembro de 1916, a *Liga da Defesa Nacional*. Pedro Lessa,⁵ Miguel Calmon⁶ e Olavo Bilac foram os criadores dessa organização,⁷ cujas finalidades foram definidas no discurso de Bilac na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1916, onde inicialmente foi instalado o diretório central da *Liga*:

[...] estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica; e defender: com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com a consciência, a liberdade; e, com o culto do heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação de nosso porvir. (BILAC, 1917, p.76).

Os dois principais pontos do programa da *Liga da Defesa Nacional* eram o serviço militar obrigatório⁸ e a educação cívica. Na esteira dos ideais patrióticos da *Liga da Defesa Nacional* surgem outras organizações semelhantes. Em 1917 é criada a *Liga Nacionalista do Brasil*, com sede em São Paulo. O ideário da *Liga Nacionalista* se aproximava do programa da *Liga da Defesa Nacional*, de Olavo Bilac.

Seguindo uma orientação ideológica semelhante, é criada, em 1917, a revista *Brazileia*. Álvaro Bomilcar e Arnaldo Damasceno foram os fundadores dessa revista, que foi o embrião para o surgimento de outra organização nacionalista, a *Propaganda Nativista*, criada em 1919. No ano de 1920 é fundada a *Ação Social Nacionalista*, que publicava o panfleto *Gil Blas*. Essa organização unia ao nacionalismo o catolicismo, e seu lema era “Pela Brasilidade e Pelo Catolicismo” (NAGLE, 1974). Em 1921 surge a revista *A ordem*, e em 1922 é criado o *Centro Dom Vital*, sob a direção de Jackson de Figueiredo. De alguma forma todas essas agremiações acabaram contribuindo para a criação da *Ação Integralista Brasileira*, de Plínio Salgado, em 1932.

No que tange ao serviço militar no Brasil, é preciso fazer aqui algumas observações. Inicialmente, o serviço militar era uma atividade voltada às classes mais baixas da população, sendo um dos únicos meios de ascensão social para essa parcela da população brasileira. Havia, durante o Império, o recrutamento forçado e o voluntariado. O sorteio para o serviço militar surge através de uma lei de 1874; entretanto, essa lei não foi aplicada. Em 4 de janeiro de 1908, após muitas discussões, foi aprovada a Lei nº 1.860, que “regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o exército” (CASTRO, 2006). Porém, o primeiro sorteio só foi realizado em 10 de dezembro de 1916, com a presença de Olavo Bilac, como ressalta Celso Castro (2006, p.5):

⁵ Jurista, político e professor nascido em Minas Gerais. Foi o primeiro ministro mulato do STF, nomeado em 1907.

⁶ Deputado Federal, Senador, Ministro de Estado, engenheiro civil e escritor nascido na Bahia. Sobrinho do marquês de Abrantes.

⁷ Na ata de fundação da *Liga* lavrada por Olavo Bilac, consta o nome dos fundadores dentre os quais destacamos Wenceslau Braz, Rui Barbosa, Coelho Neto, João Pandiá Calógeras e general Caetano de Farias.

⁸ O Decreto nº 58.222, de 19 de abril de 1966, instituiu Olavo Bilac como Patrono do Serviço Militar. O Decreto - lei nº 1.908, de 26 de dezembro de 1939, instituiu o Dia do Reservista, comemorado no dia 16 de dezembro, data de nascimento de Olavo Bilac.

Apenas em 10 de dezembro de 1916, quase nove anos após a aprovação da lei do sorteio militar, foi realizado o primeiro sorteio, no Quartel-General do Exército, em solenidade aberta ao público a que compareceram o presidente da República, o ministro da Guerra, o poeta Olavo Bilac e outras autoridades. Quando o primeiro nome foi sorteado, de Alberto Garcia de Maltas, do município de Santa Rita, todos gritaram vivas à República e ao Exército. Foram sorteados 152 nomes para o primeiro grupo. Ao final o ministro Caetano de Faria fez um discurso dizendo que a partir de então, “ser soldado deixava de ser profissão para ser cumprimento de um dever cívico”.

Apesar disso, uma série de problemas com o sorteio fez que a questão do serviço militar obrigatório só fosse resolvida nas décadas de 1930 e 1940, quando foram tomadas medidas legais que exigiam o certificado de serviço militar para o exercício de cargos públicos. Em 1945,⁹ o decreto-lei nº 7.343 extinguiu o sorteio militar. Com esse decreto, todos os brasileiros que cumprissem 21 anos deveriam se apresentar para prestar o serviço militar, e o jovem que não possuísse o documento militar ficava impedido de ter carteira de identidade, passaporte e exercer cargos públicos (CASTRO, 2006).

A Liga da Defesa Nacional na atualidade

Foi durante as décadas de 1930 e 1940 que a *Liga da Defesa Nacional* teve maior influência na vida nacional. Em 1936, organizou o “Desfile da Mocidade e da Raça”, evento criado pelo Ministério da Educação e Cultura, e realizado no Rio de Janeiro. Consistia basicamente de um desfile de jovens de escolas públicas e particulares com idade entre 11 e 18 anos, que desfilavam com o uniforme de educação física, exibindo seus corpos sadios e atléticos. A cerimônia foi realizada por dez anos na capital federal (PARADA, 2006). Os desfiles das escolas de samba no Rio de Janeiro também estiveram sob o controle da *Liga*, segundo Oliven (1983, p.115):

[...] entre 1943 e 1945 os concursos oficiais de desfiles de escolas de samba são patrocinados pela Liga de Defesa Nacional, estando a entrega de prêmios a cargo de um general do Exército.

⁹ Em 1964 é promulgada a Lei do Serviço Militar válida até hoje. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 143 determina a obrigatoriedade do serviço militar.

A *Liga da Defesa Nacional* encontra-se atualmente espalhada por diversos estados da federação. Possui como órgão central o diretório nacional, com sede em Brasília e diretorias estaduais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão e Piauí. Possui ainda representações em São Paulo e Amazonas, e conta com núcleos municipais.

O presidente da República é o presidente de honra da *Liga*. Vale ressaltar que boa parte dos membros são militares e que os cargos exercidos são honoríficos, sem qualquer tipo de remuneração. A *Liga* não pode envolver-se em pleitos político-partidários e adotar postura filosófica ou religiosa em nível federal, estadual e municipal, de acordo com dispositivo presente no estatuto da entidade.

O Decreto nº 67.576, de 16 de novembro de 1970, declarou de utilidade pública federal a *Liga da Defesa Nacional*, por seus serviços prestados à sociedade brasileira. Um Decreto Federal de 7 de fevereiro de 1997 reafirmou o título de utilidade pública federal a essa instituição.

O estatuto da *Liga da Defesa Nacional* define suas principais diretrizes, finalidades e objetivos. O artigo 2º do estatuto estabelece que cabe à *Liga* defender a integridade territorial e a integridade nacional; promover a formação moral da pessoa humana; valorizar a cultura nacional; difundir a educação cívica; incentivar o estudo de nossa história e de nossas tradições; incentivar a adoção de uma bandeira nacional em cada escola, sindicato e entidade de classe; realizar anualmente a corrida do fogo simbólico da pátria, entre outras finalidades.

A *Liga* entrega anualmente ao cidadão ou organização que tenha se destacado por seus serviços em prol da sociedade brasileira e na defesa de valores morais e patrióticos, a medalha do mérito cívico, que a partir do ano de 1999, por uma decisão do conselho consultivo dessa entidade, começou a ser denominada ordem do mérito cívico. Os símbolos da *Liga* são a bandeira nacional e o emblema de um cavaleiro medieval com suas armas. Tal símbolo visa enfatizar o caráter militar e marcial da organização em sua tarefa de defender a nação.

A principal atividade encabeçada e organizada pela *Liga* é a corrida do fogo simbólico da pátria. Essa cerimônia cívica teve início em 1938, no estado do Rio Grande do Sul. Na ocasião, a chama

da pátria saiu da cidade de Viamão com destino a Porto Alegre. Em 1945, o fogo simbólico da pátria saiu do cemitério de Pistoia, na Itália, onde se encontram sepultados os soldados brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial, conduzido de avião até Natal e desta cidade para Porto Alegre. No ano de 1972, quando das festividades de comemoração do Sesquicentenário da Independência Nacional, quatro chamas da pátria partiram de quatro regiões do país e uniram-se em uma única chama, no dia 7 de setembro, no monumento do Ipiranga, em São Paulo. Na cidade do Rio de Janeiro, a chama da pátria parte do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, passando por diversas ruas e avenidas daquela cidade.

Na Praça dos Três Poderes, em Brasília, há o Monumento da Pira da Pátria, inaugurado em 1987. Nesse monumento, erguido por proposta movida pela *Liga*, a chama da pátria arde constantemente e de lá é, simbolicamente, transmitida para todo o país. Esta cerimônia cívica inicia-se com a recepção ao presidente da República ou seu representante. Nesse momento as bandeiras dos estados são desfraldadas e os archotes erguidos, canta-se o hino nacional e, em seguida, é feito o colhimento do fogo na pira da pátria por um atleta representando o estado da Bahia, o mais antigo de nosso país. O orador da *Liga* lê uma mensagem aos jovens, que trata do valor do patriotismo. O archote é levado pelo atleta ao presidente da República, ou ao seu representante, que declara aberta a Semana da Pátria. O atleta da Bahia acende o archote do atleta que representa o estado de Minas Gerais, pois é neste estado que surgiram os ideais que conduziram à Independência, e depois os atletas da Bahia e de Minas Gerais acendem os archotes dos atletas que representam os outros estados. Os archotes são erguidos e as bandeiras estaduais desfraldadas, em saudação à pátria. Archotes e bandeiras retornam à posição inicial e canta-se o hino da Independência. O presidente da República, ou seu representante, retira-se de cena, com as bandeiras desfraldadas e os archotes erguidos, o governador do Distrito Federal assume o comando da cerimônia, sendo-lhe apresentado o fogo simbólico, posteriormente passado para os atletas que representam o Distrito Federal. Da Praça dos Três Poderes, os atletas direcionam-se até suas cidades, quando o administrador regional recebe o fogo simbólico.

A cerimônia de acendimento da pira do fogo simbólico da pátria segue um rigoroso protocolo. Deve iniciar-se no dia 1º de setembro, às 9 horas, findando no dia 7 de setembro, às 18 horas. A pira ou archote deverá ser acesa com a luz do Sol, por meio de uma lupa ou através do círio de uma igreja, permanecendo constantemente acesa até as 18 horas do dia 7 de setembro, quando será apagada. A cerimônia deve ocorrer em um local espaçoso, que possibilite a colocação de um palanque e de um mastro para o hasteamento da bandeira nacional. Inicialmente é feita a recepção da autoridade que irá presidir a solenidade – em nível estadual a cerimônia será comandada pelo governador; no município, pelo prefeito. Em seguida é hasteada a bandeira nacional ao som do hino nacional. A pira é acesa e torna-se o fogo simbólico da pátria. Ato contínuo, um atleta, portando um archote ardente, dirige-se à frente da autoridade que preside o cerimonial, dizendo: “Apresento a vossa excelência o fogo simbólico da pátria”. A autoridade então diz: “Em nome do povo do (nome da localidade onde está sendo realizada a solenidade) recebo o fogo simbólico da pátria”. É feita a leitura da mensagem da *Liga* ou uma saudação cívica pela autoridade que encabeça o cerimonial, e a seguir é cantado o hino da Independência. Terminada essa cerimônia, o archote com o fogo simbólico da pátria é transportado por atletas, que dão início a corrida. A corrida deve ser realizada no período das 8h00 às 18h00, findando necessariamente no dia 7 de setembro. A pira da pátria será protegida todo o tempo por uma guarda de honra, composta preferencialmente por jovens.

Essa cerimônia integra os desfiles militares que ocorrem no Dia da Pátria. Para DaMatta (1997), os desfiles militares do Dia da Pátria são um ritual nacional, um ritual de reforço da ordem, da estrutura e da hierarquia social. É um ritual diurno, claro, que demarca os espaços de forma nítida, pois há o povo, que assiste ao desfile, separado por um cordão de isolamento, os soldados que marcham na avenida, e as autoridades civis e militares colocadas em um palanque. O foco do ritual é a celebração dos símbolos nacionais.

Considerações finais

Boa parte dos escritos de Olavo Bilac inserem-se na corrente do nacionalismo ufanista. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira (1997, p.187), o ufanismo teve grande força intelectual nos primeiros anos do século XX. “Para esta corrente, a nacionalidade é pensada não como resultado dos regimes políticos, mas sim como fruto das condições naturais da terra.” Importante aqui destacar que a idealização de nossas belezas naturais e da imensidão de nosso território já é parte do imaginário social brasileiro desde a época colonial, expressando aquilo que José Murilo de Carvalho (1998) cunhou de motivo edênico. “A visão paradisíaca da terra começou com os primeiros europeus que nela puseram o pé. Ela está presente já na carta de Caminha” (CARVALHO, 1998, p. 1). Entretanto, concluímos com esta exposição que os discursos nacionalistas de Olavo Bilac, entre 1915 e 1916, centravam-se na questão do serviço militar obrigatório e na necessidade de uma educação cívico-patriótica. Para Bilac, era urgente reorganizar o país e fortalecê-lo, por meio do exército e de uma educação fundamentada na transmissão dos valores nacionais. Defendia o poeta e pregador nacionalista a “nação em armas”, o “cidadão-soldado”. O forte ufanismo e o otimismo naturalista presente em obras como *Contos pátrios*, *Através do Brasil* e *A pátria* e em algumas de suas poesias foi suavizado, abrandado em sua pregação nacionalista. Bilac pouco fala sobre a beleza de nossa natureza, a grandeza de nosso território, e demais motivos edênicos em seus discursos. Consta que o país atravessa uma terrível crise, que o povo é dominado pela apatia, o comodismo e o egoísmo e que, assim, fazia-se necessária uma reforma moral.

Um ponto que merece ser destacado no apostolado cívico de Bilac é o rechaço que este intelectual tinha por teorias de teor racista e ambientalista. Para o pregador nacionalista, o homem não era um produto da raça ou do meio geográfico, mas da educação. Educação esta que não deveria cingir-se ao desenvolvimento intelectual, mas também deveria basear-se no cultivo do corpo.

Os discursos patrióticos de Olavo Bilac redundaram na criação da *Liga da Defesa Nacional*, organização que tem como base a defesa do patriotismo, possuindo um estreito vínculo com as Forças

Armadas, haja vista que boa parte de seus membros são militares. A cerimônia do acendimento da pira da pátria e a corrida do fogo simbólico da pátria, que ocorrem nas festividades da Semana da Pátria, são as principais atividades patrocinadas atualmente por essa organização. Trata-se de um ritual cívico, centrado no culto dos símbolos nacionais (DAMATTA, 1997).

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que Olavo Bilac foi o típico intelectual que Renato Ortiz (2003), define como mediador simbólico, responsável pela construção de uma imagem da nação.

Se os intelectuais podem ser definidos como mediadores simbólicos é porque eles confeccionam uma ligação entre o particular e o universal, o singular e o global. (ORTIZ, 2003, p.139).

Os intelectuais, a maneira de Olavo Bilac, Gilberto Freyre, Sílvio Romero e outros, são agentes fundamentais na criação da identidade nacional. Além dos intelectuais, o Estado, os meios de comunicação de massa e o sistema de ensino, bem como todo um aparato simbólico e litúrgico que inclui o hino nacional, a bandeira nacional, as cerimônias e festividades cívicas, são acionados para criar o “espírito nacional” e uniformizar a nação.

Referências

- BILAC, Olavo. **A defesa nacional (discursos)**. Rio de Janeiro: Liga da Defesa Nacional, 1917.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, n.38, 1998.
- CASTRO, Celso. **Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945)**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 12, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Celso%20Castro.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2009.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EDUSP, 1974.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Questão nacional na primeira república. In: DA COSTA, Wilma Peres; DE LORENZO, Helena Carvalho.

(Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo, UNESP, 1997. p.185-193.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. A elaboração de símbolos nacionais na cultura brasileira. **Revista de Antropologia da USP**, v. 26, 1983, p. 107-118.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PARADA, Maurício. Práticas Desportivas e Educação Física no Brasil sob o Estado Novo. In: SANTOS, Ricardo Pinto dos; Silva, Francisco Teixeira da.(Orgs.). **Memória social dos esportes**, v.2. São Paulo: Mauad, 2006. p. 155-184.

Recebido em: 28/09/2011

Aprovado para publicação em: 24/04/2012